

Termo de Referência 28/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2023	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF /BA	MILENA BISPO DE JESUS	23/10/2023 14:31 (v 11.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		23066.035082/2023-49

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de HIGIENE OCUPACIONAL a serem executados nas atividades e ambientes da Universidade Federal da Bahia para atender as necessidades do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil, compreendendo a análise quantitativa dos agentes químicos e físicos, com emissão dos respectivos relatórios técnicos de acordo com a Norma Regulamentadora nº15, Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO	CATSER	UNID. FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Prestação de serviços continuados de HIGIENE OCUPACIONAL a serem executados nas atividades e ambientes da Universidade Federal da Bahia para atender as necessidades do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil. LOTE 01 - CAMPUS SALVADOR	8818	unidade	1	R\$ 1.048.275,80	R\$ 1.048.275,80
2	Prestação de serviços continuados de HIGIENE OCUPACIONAL a serem executados nas atividades e ambientes da Universidade Federal da Bahia para atender as necessidades do	8818	unidade	1	R\$ 505.428,60	R\$ 505.428,60

Serviço Médico Universitário Rubens Brasil. LOTE 02 - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA						
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 1.553.704,40

Tabela 1 - AGENTES QUÍMICOS/ FÍSICOS PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL – UFBA (CAMPUS SALVADOR)

LOTE 1								
catser BR0008818 - Medicina Trabalho - Perícia Serviço Médico, Engenharia. Descrição Complementar: Avaliação em Higiene Ocupacional com análise quantitativa dos agentes químicos e físicos e emissão dos respectivos relatórios técnicos de acordo com Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.								
ITEM	CATSER	AGENTES QUÍMICOS	UF	QTDE	Branco de campo	QTDETotal	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	8818	Acetaldeído / Aldeído acético	Unidade	6	1	7	R\$908,75	R\$ 6.361,25
2	8818	Acetato de cellosolve / Acetato de éter monoetílico de etileno glicol / Acetato de 2-etóxi etila	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
3	8818	Acetato de etila	Unidade	18	2	20	R\$446,25	R\$ 8.925,00
4	8818	Acetona / Propanona	Unidade	36	4	40	R\$446,25	R\$ 17.850,00

5	8818	Acetonitrila / Cianeto de metila	Unidade	20	2	22	R\$676,25	R\$ 14.877,50
6	8818	Ácido acético / Ácido etanóico	Unidade	58	6	64	R\$478,75	R\$ 30.640,00
7	8818	Ácido cianídrico / Gás cianídrico	Unidade	5	1	6	R\$803,75	R\$ 4.822,50
8	8818	Ácido clorídrico / Gás clorídrico	Unidade	74	7	81	R\$746,25	R\$ 60.446,25
9	8818	Ácido crômico (névoa)	Unidade	5	1	6	R\$591,25	R\$ 3.547,50
10	8818	Ácido fluorídrico	Unidade	27	3	30	R\$918,75	R\$ 27.562,50
11	8818	Ácido metanóico / Ácido fórmico	Unidade	8	1	9	R\$976,25	R\$ 8.786,25
12	8818	Acrilato de metila	Unidade	5	1	6	R\$503,75	R\$ 3.022,50
13	8818	Acrilonitrila / Cianeto de vinila	Unidade	5	1	6	R\$591,25	R\$ 3.547,50
14	8818	Álcool isoamílico	Unidade	5	1	6	R\$503,75	R\$ 3.022,50
15	8818	Álcool n-butílico / n-Butanol	Unidade	4	1	5	R\$446,25	R\$ 2.231,25
16	8818	Álcool isobutílico / Isobutanol	Unidade	5	1	6	R\$791,25	R\$ 4.747,50
17	8818	Álcool sec-butílico / 2-butanol / sec-Butanol	Unidade	5	1	6	R\$503,75	R\$ 3.022,50
18	8818	Álcool terc-butílico	Unidade	5	1	6	R\$503,75	R\$ 3.022,50
19	8818	Álcool etílico / Etanol	Unidade	52	5	57	R\$446,25	R\$ 25.436,25

20	8818	Álcool furfurílico	Unidade	5	1	6	R\$1.116,25	R\$ 6.697,50
21	8818	Álcool metílico / Metanol	Unidade	44	4	48	R\$618,75	R\$ 29.700,00
22	8818	Álcool n-propílico / n-Propanol	Unidade	7	1	8	R\$503,75	R\$ 4.030,00
23	8818	Álcool isopropílico / iso-Propanol	Unidade	14	1	15	R\$446,25	R\$ 6.693,75
24	8818	Amônia / Gás amoníaco	Unidade	15	1	16	R\$496,25	R\$ 7.940,00
25	8818	Anilina	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
26	8818	Arsina (arsenamina)	Unidade	5	1	6	R\$680,00	R\$ 4.080,00
27	8818	Brometo de etila / Bromoetano	Unidade	4	1	5	R\$510,00	R\$ 2.550,00
28	8818	Brometo de metila	Unidade	5	1	6	R\$816,25	R\$ 4.897,50
29	8818	Bromo	Unidade	2	1	3	R\$591,25	R\$ 1.773,75
30	8818	Bromofórmio / Tribromometano	Unidade	4	1	5	R\$503,75	R\$ 2.518,75
31	8818	1,3 Butadieno	Unidade	5	1	6	R\$748,75	R\$ 4.492,50
32	8818	n-Butano	Unidade	2	1	3	R\$873,75	R\$ 2.621,25
33	8818	n-Butilamina	Unidade	5	1	6	R\$873,75	R\$ 5.242,50
34	8818	Butil cellosolve / 2-Butóxi etanol / Éter monobutílico do etileno glicol / Etileno glicol monobutil éter / Glicol butil éter	Unidade	5	1	6	R\$736,25	R\$ 4.417,50
35	8818	n-Butil mercaptana / 1-Butanotiol	Unidade	5	1	6	R\$886,75	R\$ 5.320,50

36	8818	Chumbo	Unidade	33	3	36	R\$392,50	R\$ 14.130,00
37	8818	Cianogênio	Unidade	5	1	6	R\$491,25	R\$ 2.947,50
38	8818	Ciclohexano	Unidade	8	1	9	R\$733,75	R\$ 6.603,75
39	8818	Ciclohexanol	Unidade	5	1	6	R\$491,25	R\$ 2.947,50
40	8818	Ciclohexilamina	Unidade	5	1	6	R\$757,50	R\$ 4.545,00
41	8818	Cloreto de etila / Cloroetano	Unidade	5	1	6	R\$1.213,75	R\$ 7.282,50
42	8818	Cloreto de metila	Unidade	5	1	6	R\$1.213,75	R\$ 7.282,50
43	8818	Cloreto de metileno / Diclorometano	Unidade	15	2	17	R\$686,25	R\$ 11.666,25
44	8818	Cloreto de vinila / Cloroetilico	Unidade	5	1	6	R\$736,25	R\$ 4.417,50
45	8818	Cloreto de vinilideno / 1,1 Dicloreotileno	Unidade	5	1	6	R\$736,25	R\$ 4.417,50
46	8818	Cloro	Unidade	3	1	4	R\$648,75	R\$ 2.595,00
47	8818	Clorobenzeno / Cloreto de fenila	Unidade	5	1	6	R\$676,29	R\$ 4.057,74
48	8818	Clorobromometano	Unidade	5	1	6	R\$648,75	R\$ 3.892,50
49	8818	Clorodifluometano / Freon 22	Unidade	5	1	6	R\$648,75	R\$ 3.892,50
50	8818	Clorofórmio / Triclorometano	Unidade	40	4	44	R\$446,25	R\$ 19.635,00
51	8818	1-Cloro 1-nitropropano	Unidade	5	1	6	R\$561,25	R\$ 3.367,50

52	8818	Cloroprene	Unidade	5	1	6	R\$561,25	R\$ 3.367,50
53	8818	Cumeno / Isopropil benzeno	Unidade	5	1	6	R\$848,75	R\$ 5.092,50
54	8818	Decaborano	Unidade	5	1	6	R\$786,25	R\$ 4.717,50
55	8818	Demeton / Systox	Unidade	5	1	6	R\$786,25	R\$ 4.717,50
56	8818	Diborano	Unidade	5	1	6	R\$786,25	R\$ 4.717,50
57	8818	1,2-Dibromoetano	Unidade	5	1	6	R\$786,25	R\$ 4.717,50
58	8818	o-Diclorobenzeno	Unidade	2	1	3	R\$801,25	R\$ 2.403,75
59	8818	Diclorodifluormetano / Freon 12	Unidade	5	1	6	R\$648,75	R\$ 3.892,50
60	8818	1,1 Dicloroetano	Unidade	5	1	6	R\$561,25	R\$ 3.367,50
61	8818	1,2 Dicloroetano	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
62	8818	1,2 Dicloroetileno	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
63	8818	1,1 Dicloro-1-nitroetano	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
64	8818	1,2 Dicloropropano	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
65	8818	Diclorotetrafluoretano / Freon 114	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
66	8818	Dietil amina	Unidade	5	1	6	R\$701,25	R\$ 4.207,50
67	8818	Tolueno-2,4-diisocianato / 2,4 Diisocianato de tolueno (TDI)	Unidade	5	1	6	R\$901,25	R\$ 5.407,50
68	8818	Diisopropilamina	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50

69	8818	Dimetilacetamida	Unidade	5	1	6	R\$788,75	R\$ 4.732,50
70	8818	Dimetilamina	Unidade	5	1	6	R\$788,75	R\$ 4.732,50
71	8818	Dimetiformamida	Unidade	6	1	7	R\$788,75	R\$ 5.521,25
72	8818	I,I Dimetil hidrazina	Unidade	5	1	6	R\$788,75	R\$ 4.732,50
73	8818	Dióxido de carbono / Gás carbônico	Unidade	5	1	6	R\$591,25	R\$ 3.547,50
74	8818	Dióxido de cloro	Unidade	5	1	6	R\$706,25	R\$ 4.237,50
75	8818	Dióxido de enxofre / Anidro sulfuroso	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
76	8818	Dióxido de nitrogênio	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
77	8818	Dissulfeto de carbono	Unidade	6	1	7	R\$1.239,15	R\$ 8.674,05
78	8818	Estibina / Hidreto de antimônio	Unidade	5	1	6	R\$663,75	R\$ 3.982,50
79	8818	Estireno / Vinibenzeno	Unidade	4	1	5	R\$676,25	R\$ 3.381,25
80	8818	Éter decloroetilico	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
81	8818	Éter etílico / Dietil éter	Unidade	29	3	32	R\$963,75	R\$ 30.840,00
82	8818	Etilamina	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
83	8818	Etilbenzeno	Unidade	4	1	5	R\$733,75	R\$ 3.668,75
84	8818	Etilenoimina	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
85	8818	Etanotiol / Etil mercaptana	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
86	8818	n-Etil morfolina	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50

87	8818	Cellosolve / 2-Etoxietanol	Unidade	2	1	3	R\$533,75	R\$ 1.601,25
88	8818	Fenol	Unidade	18	2	20	R\$676,25	R\$ 13.525,00
89	8818	Fluortriclorometano / Freon	Unidade	5	1	6	R\$726,25	R\$ 4.357,50
90	8818	Formaldeído (formol) / Aldeído fórmico	Unidade	52	5	57	R\$726,25	R\$ 41.396,25
91	8818	Fosfina / Fosfamina	Unidade	5	1	6	R\$1.604,38	R\$ 9.626,28
92	8818	Fosgênio / Cloreto de carbonila	Unidade	5	1	6	R\$801,25	R\$ 4.807,50
93	8818	Sulfeto de hidrogênio / Gás sulfídrico	Unidade	2	1	3	R\$801,25	R\$ 2.403,75
94	8818	Hidrazina / Diamina	Unidade	5	1	6	R\$876,25	R\$ 5.257,50
95	8818	Isopropilamina	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
96	8818	Mercúrio (todas as formas exceto orgânicas)	Unidade	40	4	44	R\$733,75	R\$ 32.285,00
97	8818	Metacrilato de metila	Unidade	5	1	6	R\$851,25	R\$ 5.107,50
98	8818	Metilamina	Unidade	2	1	3	R\$763,75	R\$ 2.291,25
99	8818	Metil cellosolve / Éter monometílico do etileno glicol / 2-Metoxi etanol	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
100	8818	Metil ciclohexanol	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
101	8818	Metilclorofórmio / 1,1,1 Tricloroetano	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
102	8818	Metil demeton	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50

103	8818	Butanona / Metil etil cetona	Unidade	4	1	5	R\$1.280,00	R\$ 6.400,00
104	8818	Álcool metil amílico / Metil isobutilcarbinol	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
105	8818	Metil mercaptana / Metanotiol	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
106	8818	Monometil hidrazina	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
107	8818	Monóxido de carbono	Unidade	5	1	6	R\$965,00	R\$ 5.790,00
108	8818	Negro de fumo	Unidade	5	1	6	R\$790,00	R\$ 4.740,00
109	8818	Níquel carbonila / Níquel tetracarbonila	Unidade	3	1	4	R\$842,50	R\$ 3.370,00
110	8818	Nitrato de n-propila	Unidade	5	1	6	R\$813,75	R\$ 4.882,50
111	8818	Nitroetano	Unidade	5	1	6	R\$813,75	R\$ 4.882,50
112	8818	Nitrometano	Unidade	5	1	6	R\$813,75	R\$ 4.882,50
113	8818	1 - Nitropropano	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
114	8818	2 - Nitropropano	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
115	8818	Óxido de etileno	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
116	8818	Óxido nítrico (NO)	Unidade	5	1	6	R\$788,75	R\$ 4.732,50
117	8818	Ozona	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
118	8818	Pentaborano	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
119	8818	n-Pentano	Unidade	2	1	3	R\$561,25	R\$ 1.683,75
	8818							

120		Tetracloroetileno / Percloroetileno	Unidade	5	1	6	R\$733,75	R\$ 4.402,50
121	8818	Piridina	Unidade	8	1	9	R\$1.425,00	R\$ 12.825,00
122	8818	Propileno imina	Unidade	5	1	6	R\$877,50	R\$ 5.265,00
123	8818	Sulfato de dimetila	Unidade	5	1	6	R\$1.226,25	R\$ 7.357,50
124	8818	1,1,2,2,Tetrabromoetano	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
125	8818	Tetracloroeto de carbono	Unidade	2	1	3	R\$763,75	R\$ 2.291,25
126	8818	Tetracloroetano	Unidade	5	1	6	R\$821,25	R\$ 4.927,50
127	8818	Tetrahidrofurano	Unidade	5	1	6	R\$763,75	R\$ 4.582,50
128	8818	Tolueno (toluol)	Unidade	24	2	26	R\$676,25	R\$ 17.582,50
129	8818	Tricloreto de vinila / 1,1,2 Tricloroetano	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
130	8818	Tricloroetileno	Unidade	5	1	6	R\$733,75	R\$ 4.402,50
131	8818	1,2,3 Tricloropropano	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
132	8818	1,1,2 Tricloro-1,2,2 trifluoretano / Freon 113	Unidade	5	1	6	R\$676,25	R\$ 4.057,50
133	8818	Trietilamina	Unidade	5	1	6	R\$1.081,25	R\$ 6.487,50
134	8818	Trifluormonobramometano	Unidade	5	1	6	R\$1.081,25	R\$ 6.487,50
135	8818	Xileno / Xilol	Unidade	27	3	30	R\$446,25	R\$ 13.387,50
136	8818	Vapores Orgânicos	Unidade	20	2	22	R\$1.965,00	R\$ 43.230,00
137	8818	Poeiras Minerais	Unidade	18	2	20	R\$433,75	R\$ 8.675,00

		TOTAL		1230	183	1413		
ITEM	CATSER	AGENTES FÍSICOS	UF	QTDE	Branco de campo	Total		
138	8818	Calor	Unidade	10	-	10	R\$1.215,00	R\$ 12.150,00
139	8818	Ruído	Unidade	26	-	26	R\$1.157,50	R\$ 30.095,00
		TOTAL		36		36		
TOTAL CAMPUS SALVADOR								R\$ 1.048.275,80

TABELA 2 - AGENTES QUÍMICOS/FÍSICOS PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL – UFBA (CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA)

LOTE 2								
catser BR0008818 - Medicina Trabalho - Perícia Serviço Médico, Engenharia. Descrição Complementar: Avaliação em Higiene Ocupacional com análise quantitativa dos agentes químicos e físicos e emissão dos respectivos relatórios técnicos de acordo com Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE..								
ITEM	CATSER	AGENTES QUÍMICOS	UF	QTDE	Branco de campo	QTDETotal	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	8818	Acetaldeído / Aldeído acético	Unidade	3	1	4	R\$908,75	R\$ 3.635,00
2	8818	Acetato de cellosolve / Acetato de éter monoetílico de etileno glicol / Acetato de 2-etóxi etila	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
3	8818	Acetato de etila	Unidade	3	1	4	R\$446,25	R\$ 1.785,00
4	8818	Acetona / Propanona	Unidade	5	1	6	R\$446,25	R\$ 2.677,50
5	8818	Acetonitrila / Cianeto de metila	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
6	8818	Ácido acético / Ácido etanóico	Unidade	8	1	9	R\$478,75	R\$ 4.308,75

7	8818	Ácido cianídrico / Gás cianídrico	Unidade	3	1	4	R\$803,75	R\$ 3.215,00
8	8818	Ácido clorídrico / Gás clorídrico	Unidade	19	2	21	R\$746,25	R\$ 15.671,25
9	8818	Ácido crômico (névoa)	Unidade	3	1	4	R\$591,25	R\$ 2.365,00
10	8818	Ácido fluorídrico	Unidade	3	1	4	R\$918,75	R\$ 3.675,00
11	8818	Ácido metanóico / Ácido fórmico	Unidade	3	1	4	R\$976,25	R\$ 3.905,00
12	8818	Acrilato de metila	Unidade	3	1	4	R\$503,75	R\$ 2.015,00
13	8818	Acrilonitrila / Cianeto de vinila	Unidade	3	1	4	R\$591,25	R\$ 2.365,00
14	8818	Álcool isoamílico	Unidade	2	1	3	R\$503,75	R\$ 1.511,25
15	8818	Álcool n-butílico / n-Butanol	Unidade	5	1	6	R\$446,25	R\$ 2.677,50
16	8818	Álcool isobutílico / Isobutanol	Unidade	3	1	4	R\$791,25	R\$ 3.165,00
17	8818	Álcool sec-butílico / 2-butanol / sec-Butanol	Unidade	3	1	4	R\$503,75	R\$ 2.015,00
18	8818	Álcool terc-butílico	Unidade	3	1	4	R\$503,75	R\$ 2.015,00
19	8818	Álcool etílico / Etanol	Unidade	23	2	25	R\$446,25	R\$ 11.156,25
20	8818	Álcool furfurílico	Unidade	3	1	4	R\$1.116,25	R\$ 4.465,00
21	8818	Álcool metílico / Metanol	Unidade	23	2	25	R\$618,75	R\$ 15.468,75
22	8818	Álcool n-propílico / n-Propanol	Unidade	1	1	2	R\$503,75	R\$ 1.007,50

23	8818	Álcool isopropílico / iso-Propanol	Unidade	8	1	9	R\$446,25	R\$ 4.016,25
24	8818	Amônia / Gás amoníaco	Unidade	3	1	4	R\$496,25	R\$ 1.985,00
25	8818	Anilina	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
26	8818	Arsina (arsenamina)	Unidade	3	1	4	R\$680,00	R\$ 2.720,00
27	8818	Brometo de etila / Bromoetano	Unidade	3	1	4	R\$510,00	R\$ 2.040,00
28	8818	Brometo de metila	Unidade	3	1	4	R\$816,25	R\$ 3.265,00
29	8818	Bromo	Unidade	3	1	4	R\$591,25	R\$ 2.365,00
30	8818	Bromofórmio / Tribromometano	Unidade	3	1	4	R\$503,75	R\$ 2.015,00
31	8818	1,3 Butadieno	Unidade	3	1	4	R\$748,75	R\$ 2.995,00
32	8818	n-Butano	Unidade	3	1	4	R\$873,75	R\$ 3.495,00
33	8818	n-Butilamina	Unidade	3	1	4	R\$873,75	R\$ 3.495,00
34	8818	Butil cellosolve / 2-Butóxi etanol / Éter monobutílico do etileno glicol / Etileno glicol monobutil éter / Glicol butil éter	Unidade	3	1	4	R\$736,25	R\$ 2.945,00
35	8818	n-Butil mercaptana / 1-Butanotiol	Unidade	3	1	4	R\$886,75	R\$ 3.547,00
36	8818	Chumbo	Unidade	3	1	4	R\$392,50	R\$ 1.570,00
37	8818	Cianogênio	Unidade	3	1	4	R\$491,25	R\$ 1.965,00
38	8818	Ciclohexano	Unidade	3	1	4	R\$733,75	R\$ 2.935,00

39	8818	Ciclohexanol	Unidade	3	1	4	R\$491,25	R\$ 1.965,00
40	8818	Ciclohexilamina	Unidade	3	1	4	R\$757,50	R\$ 3.030,00
41	8818	Cloreto de etila / Cloroetano	Unidade	3	1	4	R\$1.213,75	R\$ 4.855,00
42	8818	Cloreto de metila	Unidade	3	1	4	R\$1.213,75	R\$ 4.855,00
43	8818	Cloreto de metileno / Diclorometano	Unidade	8	1	9	R\$686,25	R\$ 6.176,25
44	8818	Cloreto de vinila / Cloroetilico	Unidade	3	1	4	R\$736,25	R\$ 2.945,00
45	8818	Cloreto de vinilideno / 1,1 Dicloreotileno	Unidade	3	1	4	R\$736,25	R\$ 2.945,00
46	8818	Cloro	Unidade	3	1	4	R\$648,75	R\$ 2.595,00
47	8818	Clorobenzeno / Cloreto de fenila	Unidade	3	1	4	R\$676,29	R\$ 2.705,16
48	8818	Clorobromometano	Unidade	3	1	4	R\$648,75	R\$ 2.595,00
49	8818	Clorodifluometano / Freon 22	Unidade	3	1	4	R\$648,75	R\$ 2.595,00
50	8818	Clorofórmio / Triclorometano	Unidade	23	2	25	R\$446,25	R\$ 11.156,25
51	8818	1-Cloro 1-nitropropano	Unidade	3	1	4	R\$561,25	R\$ 2.245,00
52	8818	Cloroprene	Unidade	3	1	4	R\$561,25	R\$ 2.245,00
53	8818	Cumeno / Isopropil benzeno	Unidade	3	1	4	R\$848,75	R\$ 3.395,00
54	8818	Decaborano	Unidade	3	1	4	R\$786,25	R\$ 3.145,00

55	8818	Demeton / Systox	Unidade	3	1	4	R\$786,25	R\$ 3.145,00
56	8818	Diborano	Unidade	3	1	4	R\$786,25	R\$ 3.145,00
57	8818	1,2-Dibramoetano	Unidade	3	1	4	R\$786,25	R\$ 3.145,00
58	8818	o-Diclorobenzeno	Unidade	3	1	4	R\$801,25	R\$ 3.205,00
59	8818	Diclorodifluormetano / Freon 12	Unidade	3	1	4	R\$648,75	R\$ 2.595,00
60	8818	1,1 Dicloroetano	Unidade	3	1	4	R\$561,25	R\$ 2.245,00
61	8818	1,2 Dicloroetano	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
62	8818	1,2 Dicloroetileno	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
63	8818	1,1 Dicloro-1-nitroetano	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
64	8818	1,2 Dicloropropano	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
65	8818	Diclorotetrafluoretano / Freon 114	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
66	8818	Dietil amina	Unidade	3	1	4	R\$701,25	R\$ 2.805,00
67	8818	Tolueno-2,4-diisocianato / 2,4 Diisocianato de tolueno (TDI)	Unidade	3	1	4	R\$901,25	R\$ 3.605,00
68	8818	Diisopropilamina	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
69	8818	Dimetilacetamida	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
70	8818	Dimetilamina	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
71	8818	Dimetiformamida	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00

72	8818	I,I Dimetil hidrazina	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
73	8818	Dióxido de carbono / Gás carbônico	Unidade	3	1	4	R\$591,25	R\$ 2.365,00
74	8818	Dióxido de cloro	Unidade	3	1	4	R\$706,25	R\$ 2.825,00
75	8818	Dióxido de enxofre / Anidro sulfuroso	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
76	8818	Dióxido de nitrogênio	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
77	8818	Dissulfeto de carbono	Unidade	3	1	4	R\$1.239,15	R\$ 4.956,60
78	8818	Estibina / Hidreto de antimônio	Unidade	3	1	4	R\$663,75	R\$ 2.655,00
79	8818	Estireno / Vinibenzeno	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
80	8818	Éter decoloroetilico	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
81	8818	Éter etílico / Dietil éter	Unidade	5	1	6	R\$963,75	R\$ 5.782,50
82	8818	Etilamina	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
83	8818	Etilbenzeno	Unidade	3	1	4	R\$733,75	R\$ 2.935,00
84	8818	Etilenoimina	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
85	8818	Etanotiol / Etil mercaptana	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
86	8818	n-Etil morfina	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
87	8818	Cellosolve / 2-Etoxietanol	Unidade	3	1	4	R\$533,75	R\$ 2.135,00
88	8818	Fenol	Unidade	8	1	9	R\$676,25	R\$ 6.086,25
89	8818	Fluortriclorometano / Freon	Unidade	3	1	4	R\$726,25	R\$ 2.905,00

90	8818	Formaldeído (formol) / Aldeído fórmico	Unidade	26	2	28	R\$726,25	R\$ 20.335,00
91	8818	Fosfina / Fosfamina	Unidade	3	1	4	R\$1.604,38	R\$ 6.417,52
92	8818	Fosgênio / Cloreto de carbonila	Unidade	3	1	4	R\$801,25	R\$ 3.205,00
93	8818	Sulfeto de hidrogênio / Gás sulfídrico	Unidade	3	1	4	R\$801,25	R\$ 3.205,00
94	8818	Hidrazina / Diamina	Unidade	3	1	4	R\$876,25	R\$ 3.505,00
95	8818	Isopropilamina	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
96	8818	Mercúrio (todas as formas exceto orgânicas)	Unidade	3	1	4	R\$733,75	R\$ 2.935,00
97	8818	Metacrilato de metila	Unidade	3	1	4	R\$851,25	R\$ 3.405,00
98	8818	Metilamina	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
99	8818	Metil cellosolve / Éter monometílico do etileno glicol / 2-Metoxi etanol	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
100	8818	Metil ciclohexanol	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
101	8818	Metilclorofórmio / 1,1,1 Tricloroetano	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
102	8818	Metil demeton	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
103	8818	Butanona / Metil etil cetona	Unidade	3	1	4	R\$1.280,00	R\$ 5.120,00
104	8818	Álcool metil amílico / Metil isobutilcarbinol	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00

105	8818	Metil mercaptana / Metanotiol	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
106	8818	Monometil hidrazina	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
107	8818	Monóxido de carbono	Unidade	3	1	4	R\$965,00	R\$ 3.860,00
108	8818	Negro de fumo	Unidade	3	1	4	R\$790,00	R\$ 3.160,00
109	8818	Níquel carbonila / Níquel tetracarbonila	Unidade	3	1	4	R\$842,50	R\$ 3.370,00
110	8818	Nitrato de n-propila	Unidade	3	1	4	R\$813,75	R\$ 3.255,00
111	8818	Nitroetano	Unidade	3	1	4	R\$813,75	R\$ 3.255,00
112	8818	Nitrometano	Unidade	3	1	4	R\$813,75	R\$ 3.255,00
113	8818	1 - Nitropropano	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
114	8818	2 - Nitropropano	Unidade	3	1	4	R\$963,75	R\$ 3.855,00
115	8818	Óxido de etileno	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
116	8818	Óxido nítrico (NO)	Unidade	3	1	4	R\$788,75	R\$ 3.155,00
117	8818	Ozona	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
118	8818	Pentaborano	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
119	8818	n-Pentano	Unidade	3	1	4	R\$561,25	R\$ 2.245,00
120	8818	Tetracloroetileno / Percloroetileno	Unidade	3	1	4	R\$733,75	R\$ 2.935,00
121	8818	Piridina	Unidade	3	1	4	R\$1.425,00	R\$ 5.700,00
122	8818	Propileno imina	Unidade	3	1	4	R\$877,50	R\$ 3.510,00

123	8818	Sulfato de dimetila	Unidade	3	1	4	R\$1.226,25	R\$ 4.905,00
124	8818	1,1,2,2,Tetrabromoetano	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
125	8818	Tetracloroeto de carbono	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
126	8818	Tetracloroetano	Unidade	3	1	4	R\$821,25	R\$ 3.285,00
127	8818	Tetrahidrofurano	Unidade	3	1	4	R\$763,75	R\$ 3.055,00
128	8818	Tolueno (toluol)	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
129	8818	Tricloreto de vinila / 1,1,2 Tricloroetano	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
130	8818	Tricloroetileno	Unidade	3	1	4	R\$733,75	R\$ 2.935,00
131	8818	1,2,3 Tricloropropano	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
132	8818	1,1,2 Tricloro-1,2,2 trifluoretano / Freon 113	Unidade	3	1	4	R\$676,25	R\$ 2.705,00
133	8818	Trietilamina	Unidade	3	1	4	R\$1.081,25	R\$ 4.325,00
134	8818	Trifluormonobramometano	Unidade	3	1	4	R\$1.081,25	R\$ 4.325,00
135	8818	Xileno / Xilol	Unidade	8	1	9	R\$446,25	R\$ 4.016,25
136	8818	Vapores Orgânicos	Unidade	3	1	4	R\$1.965,00	R\$ 7.860,00
137	8818	Poeiras Minerais	Unidade	3	1	4	R\$433,75	R\$ 1.735,00
		TOTAL		538	142	680		
ITEM	CATSER	AGENTES FÍSICOS	UF	Quant.	Branco de campo	Total		
138	8818	Calor	Unidade	3	-	3	R\$1.215,00	R\$ 3.645,00

139	8818	Ruído	Unidade	2	-	2	R\$1.157,50	R\$ 2.315,00
		TOTAL		5	-	5		
TOTAL CAMPUS VITÓRIA DA CONQUITA								R\$ 505.428,60

***OBSERVAÇÃO:** As quantidades estipuladas nas Tabelas 2 e 3 referem-se a avaliações quantitativas dos agentes químicos e físicos. Para os agentes químicos atentar que as quantidades estipuladas não se referem necessariamente à quantidade de amostradores a serem utilizadas.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que constitui uma necessidade permanente da UFBA, que se repete de forma periódica ou rotineira, não podendo ser interrompido sem prejuízo ao serviço público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e racionalização dos processos internos permitindo a redução de tempo e custo de administração na implementação contínua e ininterrupta das medidas de segurança de trabalho, aumento da transparência e melhoria do nível de atendimento às demandas dos servidores.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 10/05/2023
- III) Id do item no PCA: 1610
- IV) Classe/Grupo: 931 (SERVIÇO DE SAÚDE HUMANA)
- V) Identificador da Futura Contratação: 153038-73/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, quando couber para atender o disposto no art. 6º da Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010 e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a saber:

4.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos;

4.1.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.2. Fica sob responsabilidade da Contratada, no ato da prestação de serviços, realizar no mínimo as ações de sustentabilidade ambiental prevista no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, de rol meramente exemplificativo, de modo que garantam melhor destinação final de seus resíduos:

4.2.1. Os produtos e materiais a serem utilizados quando da execução do objeto, deverão ser, no todo ou em parte, composto de material atóxico, biodegradável, bem como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.2. Fazer uso racional de água e energia, evitando desperdiçar em situações que podem ser evitadas, ainda mais em tempos de escassez de tais insumos;

4.2.3. Efetuar o descarte correto dos materiais recicláveis quando tais serviços estiverem disponíveis, auxiliando na preservação do meio ambiente.

4.3. A Contratada com objetivo de atender os critérios de sustentabilidade ambiental, deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei n.º 14.133 /2021.

Subcontratação

4.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.4.1. A subcontratação fica limitada a realização das análises laboratoriais das amostras coletadas.

4.4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: coleta das amostras e do laudo da avaliação ambiental quantitativa de agentes químicos.

4.5. Caso tenha subcontratação para a análise das amostras coletadas, a CONTRATADA se responsabilizará perante a CONTRATANTE por toda a prestação dos serviços desta, inclusive a CONTRATADA fica responsável por repassar nos prazos estipulados, nestes Estudos, para a CONTRATANTE os resultados das análises.

4.6. A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto em sua totalidade e, ainda que haja subcontratação de partes acessórias ou complementares do objeto, a CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam eles profissionais ou empresas.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.9. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (71) 3283-8735 – Núcleo de Vigilância em Saúde e Segurança no Trabalho – NUVAST/SMURB/UFBA ou pelo e-mail nuvast.smurb@ufba.br.

4.13. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.1. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.14.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **10 dias** da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

1. 5.1.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias** pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
2. 5.1.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
3. 5.1.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
4. 5.1.2.4. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
5. 5.1.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
6. 5.1.2.6. Local e horário da prestação de serviço: o horário para coletas das amostras e realização das medidas e análise nos ambientes da UFBA deverá ocorrer das 7h30min às 22h.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: as medições dos agentes estabelecidos nas Tabelas 1 e 2 e nos locais estabelecidos na tabela 3, constantes neste termo, serão realizadas conforme o planejamento e cronograma para execução das atividades definidos pelo Núcleo de Vigilância de Ambientes e Segurança no Trabalho - NUVAST.

5.1.4. O resultado das análises e o relatório deverão ser entregues em até **45 (quarenta e cinco) dias** após realização da coleta de amostras.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Tabela 3 - Locais de Prestação do Serviço

LOCAL
Biblioteca Central – Salvador R. Barão de Jeremoabo, S/N - Ondina, Salvador - BA, 40170-290
CIENAM - Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente – Salvador R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
Escola de Belas Artes – Salvador Av. Araújo Pinho, 212 - Canela, Salvador - BA, 40110-150
Escola de Medicina Veterinária- Salvador Av. Adhemar de Barros, 500 - Ondina, Salvador - BA, 40170-110
Escola de Música – Salvador

Av. Araújo Pinho, 513 - Canela, Salvador - Bahia, 40110-150
Escola de Nutrição – Salvador Av. Araújo Pinho - nº 32 – Canela, 40.110-150 - Salvador - BA
Escola de Teatro – Salvador Rua Araújo Pinho 292- Canela – Salvador - BA, 40110-060
Escola Politécnica – Salvador R. Prof. Aristides Novis, 2 - Federação, Salvador - BA, 40210-630
Faculdade de Medicina da Bahia – Salvador Largo do Terreiro de Jesus, Salvador - BA, 40025-010
Faculdade de Odontologia – Salvador Av. Araújo Pinho, 62 - Canela, Salvador - BA, 40110-040
Hospital de Medicina Veterinária – Salvador Av. Adhemar de Barros, 500 - Ondina, Salvador - BA, 40170-110
HUPES – Hospital Universitário Professor Edgard Santos – Salvador R. Dr. Augusto Viana, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-060
Instituto de Biologia – Salvador R. Barão de Jeremoabo, 668 - Ondina, Salvador - Bahia, 40170-115
Instituto de Ciências da Saúde – ICS Av. Reitor Miguel Calmon, 1272 - Canela, Salvador - BA, 40231-300
Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICTI/UFBA – Camaçari Rua do Telégrafo, SN 1º e 2º andar do Teatro (Cidade do Saber Natal, R. da Bomba, Camaçari - BA, 42802-721
Instituto de Farmácia – Salvador R. Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
Instituto de Física – Salvador Campus Universitário de Ondina, Salvador - BA, 40210-340

Instituto de Geociências – Salvador R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-290
Instituto de Química – Salvador R. Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
Instituto de Química - PAF VI/ Salvador R. Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
Maternidade Clímério de Oliveira – Salvador R. do Limoeiro, 137 - Nazaré, Salvador - BA, 40055-150
Museu Afro-brasileiro – Salvador Antiga Faculdade de Medicina, s/n, Pelourinho, Salvador - BA, 40026-010
Museu de Arqueologia e Etnologia – Salvador Largo do Terreiro de Jesus, Salvador - BA, 40025-010
Museu de Arte Sacra – Salvador R. do Sodré, S/N - Centro, Salvador - BA, 40060-240
Pavilhão de Aulas da Faculdade de Medicina da Bahia – Salvador Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº, Vale do Canela - CEP: 40110100 Salvador, Bahia, Brasil
Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE/ Salvador R. João, das Botas, 27 - Canela, Salvador - BA, 40150-510
Creche da UFBA/ PROAE – Salvador Rua Padre Feijó, 52 Canela, Salvador- Ba, 40110-170
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura / SUMAI – Salvador Rua Barão de Jeremoabo, Pav. 1 e 2 – Ondina, s/n, Salvador - BA, 40170-117
Instituto Multidisciplinar em Saúde - IMS-CAT / Vitória da Conquista Campus Anísio Teixeira - Rua Rio de Contas, Qd. 17, 58 - Candeias, Vitória da Conquista - BA, 45029-094

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1. Todo equipamento deverá estar calibrado e com certificado de calibração de acordo com a Rede Brasileira de Calibração – RBC;

5.3.2. Equipamentos a serem utilizados:

5.3.2.1. Para avaliação de ruído

a) Audiodosímetro – Quest – modelos Q-300 e Q-400 ou equivalentes devendo ser no mínimo Tipo 2, segundo especificações constantes das Normas ANSI S1.4-1983 e IEC 651 ou de suas futuras revisões, devidamente calibrados;

b) Calibrador Acústico – deve atender as especificações da Norma ANSI S1.40-1984 ou IEC 942-1988, devendo ser classe 2 ou melhor.

c) Os parâmetros dos aparelhos devem ser selecionados para cumprimento do Anexo 1 da NR-15

*Fator duplicativo de dose = 5 dB(A)

* Nível critério = 85 dB(A)

* Limiar de leitura = 80 dB(A)

* Curva de ponderação A

* Circuito de resposta Slow

5.3.2.2. Para avaliação de calor

a) Dispositivos de medição de IBUTG que utilizam termômetros de mercúrio, compostos por:

a.1) Dispositivo para medição da temperatura de globo, constituído de:

- uma esfera oca de cobre de aproximadamente 1 mm de espessura e com diâmetro de 152,4 mm, pintada externamente de preto fosco, com emissividade mínima de 0,95;
- um sensor de temperatura posicionado no centro da esfera de cobre, com fixação que garanta a hermeticidade do sistema, impedindo a existência de fluxo de ar do interior do globo para o ambiente e vice-versa.

a.2) Dispositivo para medição da temperatura de bulbo úmido natural, constituído de:

- sensor de temperatura revestido com um pavio tubular branco, confeccionado em tecido com alto poder de absorção de água, como, por exemplo, algodão, mantido úmido com água destilada, por capilaridade;
- reservatório de água com volume de água destilada suficiente para manter o pavio úmido por capilaridade durante todo o período de medição. No caso de equipamento convencional, esse reservatório deve ser um erlenmeyer de 125 ml.

a.3) Dispositivo para medição da temperatura de bulbo seco, constituído de:

- sensor de temperatura com amplitude mínima de medição de +10,0 °C a +100,0 °C, exatidão igual ou melhor que $\pm 0,5$ °C e permitir leituras a intervalos de, no mínimo, 0,1 °C.
- sensor de temperatura do ar protegido da radiação solar direta ou daquelas provenientes de fontes artificiais por meio de dispositivos que barrem a incidência da radiação e permitam a livre circulação de ar ao seu redor.

A determinação do IBUTG pode ser feita utilizando-se dispositivos convencionais ou eletrônicos, desde que apresentem resultados equivalentes aos obtidos com a utilização do conjunto convencional.

5.3.2.3. Para avaliação de químicos

a) bombas de sucção calibradas, calibradores de fluxo e com vazões ajustadas às devidas metodologias de cada substância, que coletarão as amostras de ar ao nível do trato respiratório dos trabalhadores que exercem suas atividades nos locais supracitados, tomando-se as funções que nele laboram como integrantes do mesmo Grupo de Exposição Homogêneo;

5.3.3. Todo material e equipamento utilizado serão de responsabilidade da CONTRATADA e a metodologia deverá obedecer às diretrizes da FUNDACENTRO, NIOSH (National Institute of Occupational Safety and Health) e OSHA (Occupational Safety & Administration).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Informações verificadas pela equipe do Núcleo de Vigilância de Ambientes e Segurança no Trabalho - NUVAST, durante as visitas técnicas aos ambientes de trabalho dos servidores da UFBA e elaboração dos Laudos Técnicos para avaliação de concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade radiação ionizantes, gratificação de trabalhos com raios-X ou substâncias radioativas

5.4.2. Os quantitativos de substâncias encontram-se listados nas Tabelas 1 e 2 constantes nestes Estudos.

5.4.3. O horário para coletas das amostras e realização das medidas e análise nos ambientes da UFBA deverá ocorrer das 7h30min às 22h.

5.4.4. Serão realizadas as medições dos agentes estabelecidos nas Tabelas 1 e 2 e nos locais estabelecidos na tabela 3, constantes neste termo, conforme o planejamento e cronograma para execução das atividades definidos pelo Núcleo de Vigilância de Ambientes e Segurança no Trabalho.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação do serviço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.25. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.26. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.26.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE especialmente designados na forma do Art... 117 da Lei nº 14.133, DE 2021.

6.26.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.26.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.26.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.26.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas

6.26.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menornível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.26.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.26.8. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços

6.26.9. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125 da Lei n.º 14.133, DE 2021.

6.26.10. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei n.º 14.133, DE 2021.

6.26.11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, conforme disposto nos artigos Art. 104, IV, da Lei n.º 14.133, DE 2021.

6.26.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade em razão da execução do contrato nos termos do do art. 120 da Lei n.º 14.133, DE 2021.

6.26.13. O serviço a ser adquirido será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE com atribuições específicas.

6.26.14. Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

6.26.15. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.26.16. A CONTRATADA deve prestar todos os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO, atendendo às reclamações formuladas;

6.26.17. A CONTRATADA deve disponibilizar recursos físicos e de telecomunicação para atendimento, por telefone ou e-mail, durante todo o horário comercial, para esclarecimento de dúvidas e/ou acertos na execução do objeto;

6.26.18. A não aceitação da requisição de serviço recebida deverá ser expressa por escrito e justificada pela CONTRATADA e será analisada pela equipe de FISCALIZAÇÃO. Caso as justificativas não sejam feitas da forma descrita ou não sejam aceitas pela equipe de fiscalização considerar-se-á a aceitação tácita, para todos os fins, inclusive aplicação das sanções previstas no contrato;

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo B**.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A avaliação quantitativa é desenvolvida através de medições técnicas acompanhadas, utilizando a metodologia da FUNDACENTRO, NIOSH (National Institute of Occupational Safety and Health) e OSHA (Occupational Safety & Administration), mediante a utilização de instrumentação específica, cujos resultados são avaliados e comparados a parâmetros definidos na NR 15 - Atividades e Operações Insalubres, em seus Anexos: 01. Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente; 03. Limites de Tolerância para Exposição ao Calor; 11. Agentes Químicos cuja Insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho e 12. Limites de Tolerância para poeiras minerais.

7.3.2. As análises das amostras coletadas deverão ser realizadas por Laboratórios Acreditados pelo INMETRO com base na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 com fornecimento de dados do Controle de Qualidade Analítico dos Resultados.

7.3.3. As avaliações quantitativas serão realizadas com base nos agentes químicos e físicos elencados nas Tabelas 1 e 2 constantes neste Termo e seus respectivos resultados serão emitidos por laboratório com certificado de acreditação, com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, através dos Relatórios de Análises.

7.3.4. A empresa CONTRATADA deverá atender a metodologia definida pela FUNDACENTRO, NIOSH (National Institute of Occupational Safety and Health) e OSHA (Occupational Safety & Administration).

7.4. Em relação aos AGENTES QUÍMICOS, os serviços devem obedecer às seguintes especificações:

7.4.1. As amostras devem ser individuais por servidor e devem ser coletadas em no mínimo 75% da jornada de trabalho dos servidores envolvidos.

7.4.2. As coletas das amostras deverão obedecer aos critérios definidos na metodologia de referência com relação à vazão, volumes máximos e mínimos com utilização de equipamentos adequados (bombas de amostragem volumétrica) e devidamente calibrados com calibradores de fluxos aferidos preferencialmente em Laboratórios de Calibração da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou com certificados rastreáveis a RBC.

7.4.3. Conforme metodologias selecionadas, deverão ser realizados brancos de campos, conforme Tabelas 1 e 2 constantes neste Termo.

7.4.4. Durante as coletas deverão ser registradas todas e quaisquer observações durante a execução das tarefas em folhas de campo (registro) com todos os dados da amostragem, função e atividade do servidor avaliado.

7.4.5. As amostras devem ser individuais por servidor e devem ser coletadas em no mínimo 75% da jornada de trabalho dos servidores envolvidos.

7.4.6. As coletas das amostras deverão obedecer aos critérios definidos na metodologia de referência com relação à vazão, volumes máximos e mínimos com utilização de equipamentos adequados (bombas de

amostragem volumétrica) e devidamente calibrados com calibradores de fluxos aferidos preferencialmente em Laboratórios de Calibração da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou com certificados rastreáveis a RBC.

7.4.7. Conforme metodologias selecionadas, deverão ser realizados brancos de campos, conforme Tabelas 1 e 2 constantes neste Termo.

7.4.8. Durante as coletas deverão ser registradas todas e quaisquer observações durante a execução das tarefas em folhas de campo (registro) com todos os dados da amostragem, função e atividade do servidor avaliado.

7.5. Em relação aos AGENTES FÍSICOS, os serviços devem obedecer às seguintes especificações:

7.5.1. Audiotosimetrias - serão realizadas amostragens de longo período da jornada diária, utilizando-se de audiotossímetro configurado para atender aos critérios da Norma Regulamentadora nº 15 e Norma de Higiene Ocupacional - 01; os resultados de cada audiotossimetria serão apresentados em relatório individual contendo: o registro das calibrações, configurações, resultados finais, nível equivalente a cada intervalo de tempo, relatório estatístico; folha de campo com anotações das atividades realizadas pelo servidor avaliado e condições operacionais da área onde permaneceu o servidor;

7.5.2. Interpretação dos resultados/recomendações: os resultados obtidos serão comparados com os limites de tolerância estabelecidos na Norma Regulamentadora nº15, para o tipo e período de trabalho avaliado, sendo indicadas as possíveis formas do tratamento das fontes de maior contribuição sonora.

7.5.3. Medições de Calor (Stress Calórico): deverão compreender os levantamentos do índice representativo da sobrecarga térmica nas atividades com interesse à investigação. Para tal, devem seguir os seguintes critérios/ procedimentos:

- a) avaliar o ciclo representativo da atividade desenvolvida, considerando as situações térmicas envolvidas;
- b) utilizar termômetros calibrados/certificados preferencialmente em Laboratórios de Calibração da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou com certificados rastreáveis RBC, montados em dispositivo adequado a este tipo de medição (árvore de termômetros ou medidores digitais);
- c) os resultados das medições serão apresentados com os cálculos do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG), comparando-se com o regime recomendado na legislação brasileira;
- d) elaborar relatório técnico com todos os dados das medições comparando os resultados com limites definidos Norma Regulamentadora nº15.

7.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.1. não produzir os resultados acordados,

7.6.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.6.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.12.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.14.1.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/ IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.34. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.34.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.35. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.36. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.38. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.26. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.27. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.28. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e quitação com os órgãos competentes , em plena validade;*

8.29.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

8.29. *Comprovante de alvará de funcionamento da empresa;*

8.30. *Comprovante da especialidade do profissional que irá emitir Relatório Técnico;*

8.30.1. Serão aceitos comprovantes de especialidade de Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Higienista Ocupacional para o profissional responsável pela emissão do Relatório Técnico.

8.31. *Declaração da empresa de que está em conformidade com o disposto nas Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego;*

8.32. *Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo.*

8.32.1. A comprovação de aptidão para a prestação dos serviços deverá ser feita por meio de:

8.32.1.1. Apresentação de pelo menos 3 atestados técnicos que comprovem execução de serviços de avaliações quantitativas de agentes físicos e agentes químicos.

8.32.1.2. Para agentes físicos é necessária a comprovação de realização de serviços de audiodosimetria de ruído.

8.32.1.3. Ainda para agentes físicos é necessária a comprovação de realização de serviços de avaliação de sobrecarga térmica (calor) que contenha os parâmetros de IBUTG (Índice de Bulbo Úmido – Temperatura de Globo) e valor da taxa metabólica (M).

8.32.1.4. Para agentes químicos é necessária a comprovação de realização de serviços de avaliação quantitativa de pelo menos **10** agentes do Anexo 11 da NR-15.

8.33. Os atestados de capacidade técnica devem ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.33.1. Adicionalmente aos atestados de capacidade técnica poderão ser anexados os relatórios de resultados dos serviços realizados, para efeito de comprovação da realização dos serviços nos parâmetros exigidos neste Termo.

8.33.2. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.553.704,40

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **1.553.704,40 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, setecentos e quatro reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa de preços constante do processo administrativo e foram obtidos a partir de pesquisa de preços do objeto da licitação. Em função da especificidade do serviço solicitado, foi utilizado o parâmetro Pesquisa com fornecedores previsto no inciso IV, Art. 5, da IN 65/2021.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 153038 - UFBA;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 169554;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: M20RKG01GRN;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILENA BISPO DE JESUS

Auxiliar em Administração



Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 07:50:22.

CLAUDIA MARIA DO NASCIMENTO MOTA COIMBRA

Engenheira de Segurança do Trabalho

ERCY TEREZA NOGUEIRA COSTA

Técnica em Segurança do Trabalho

WAGNER MIRANDA GOMES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A TR.pdf (345.57 KB)
- Anexo II - ANEXO B TR.pdf (456.17 KB)

Anexo I - ANEXO A TR.pdf

ANEXO A

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

_____, inscrita no CNPJ nº _____,
por intermédio de seu Responsável Técnico, Legal ou Preposto, o Sr(a)
_____, portador da identidade nº _____,
DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar ciente da faculdade da
realização de vistoria aos locais onde serão realizados a prestação do serviço
licitado, bem como estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços
especificados e as técnicas necessárias para o perfeito desenvolvimento da
execução do objeto desta licitação. Declara ainda que tem pleno conhecimento
das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo
total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para
quaisquer questionamentos futuros.

Local e data _____ de _____ de 2023.

(Nome Completo do Responsável Técnico, Legal ou Preposto)

Assinatura

Anexo II - ANEXO B TR.pdf

ANEXO B**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Indicador	
Nº 01 - Execução dos Serviços de quantificação dos agentes químicos conforme o TR.	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à Execução dos Serviços conforme Especificações Técnicas no TR: pessoal técnico, ferramentas e procedimentos adequados, certificados de calibração.
Meta a Cumprir	Atingir 100% de execução dos serviços contratados com qualidade e efetividade.
Instrumento de Medição	Ateste da execução dos serviços na Nota Fiscal pelos fiscais técnicos, verificações in loco, Relatórios Técnicos emitidos e comunicações enviadas/recebidas.
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, da quantidade de ocorrências relacionadas a serviços executados em desconformidade com o disposto nas Especificações Técnicas e nas Normas Técnicas vigentes, e descritos no TR.
Periodicidade	Por Solicitação de Serviço.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de Não-Conformidades Detectadas, por Solicitação de Serviço = X
Início da Vigência	Emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.
Faixas de Ajuste no Pagamento	X
	Desconto
	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	02<X≤05
	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	05<X≤10
	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	X>10
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.

Indicador		
Nº 02 – Emissão/envio de Relatórios		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à emissão/envio dos relatórios comprobatórios da execução dos serviços.	
Meta a Cumprir	Entregar todos os relatórios dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.	
Instrumento de Medição	Relatórios Técnicos emitidos e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, do tempo decorrido para entrega dos laudos, comparando-o com o prazo máximo indicado no Termo de Referência.	
Periodicidade	Por Solicitação de Serviço.	
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de Não-Conformidades Detectadas, por Solicitação de Serviço = X	
Início da Vigência	Emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	X	Desconto
	$02 < X \leq 05$	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$05 < X \leq 10$	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$X > 10$	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	